


J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.
 CNPJ/MF 01.536.754/0001.23
BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
RELATÓRIO DA DIRETORIA

A diretoria da **J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como colocar à disposição, dos interessados, os documentos suporte e informações que trata a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e alterações posteriores, os CPC's, os quais podem ser solicitados na sede social da sociedade, à Rua Tomaz Edson, nº 400, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, durante o expediente comercial.

Goiânia, 10 de abril de 2017.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
 Diretor Presidente

BRENO MACHADO
 Diretor Vice-Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
 Diretor Superintendente

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	431	772	Fornecedores	12	8.162	10.532
Aplicações financeiras	5	12.978	55.448	Obrigações tributárias	13	539	878
Contas a receber de clientes	6	10.391	16.217	Obrigações sociais e trabalhistas	14	6.790	7.368
Estoques	7	5.339	4.751	Adiantamentos de clientes		3.579	2.230
Impostos a recuperar		5.416	4.109	Dividendos a pagar	16	-	408
Outros ativos circulantes		1.096	795			19.070	21.416
		<u>35.651</u>	<u>82.092</u>	Não circulante			
Não circulante				Obrigações tributárias	13	1	93
Contas a receber de clientes	6	1.196	468	Provisões para demandas judiciais	15	7.115	8.503
Impostos diferidos	8	4.799	1.600			7.116	8.596
Depósitos judiciais	15	3.827	3.287	Patrimônio líquido			
Investimentos		399	302	Capital social	16.a	43.834	43.834
Propriedades para investimento	9	150	150	Reservas de reavaliação	16.b	3.741	3.747
Imobilizado	10	26.686	26.843	Reservas de lucros		721	39.694
Intangível	11	1.774	2.545			48.296	87.275
		38.831	35.195	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>74.482</u>	<u>117.287</u>
Total do ativo		<u>74.482</u>	<u>117.287</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receita líquida dos serviços prestados	18	77.345	99.399
Custo dos serviços prestados	19	(28.415)	(35.679)
Lucro bruto		<u>48.930</u>	<u>63.720</u>
Despesas e receitas operacionais			
Comerciais	20	(48.640)	(58.642)
Gerais e administrativas	21	(11.620)	(16.505)
Tributárias	22	(3.678)	(2.924)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(650)	319
		(64.588)	(77.752)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(15.658)</u>	<u>(14.032)</u>
Resultado financeiro, líquido	24	4.534	5.151
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(11.124)</u>	<u>(8.881)</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	-	(590)
Corrente		-	(590)
Diferido		3.198	3.231
Resultado do exercício		<u>(7.926)</u>	<u>(6.240)</u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	(7.926)	(6.240)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>(7.926)</u>	<u>(6.240)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	(7.926)	(6.240)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.198)	(2.641)
Depreciação e amortização	2.698	2.645
Rendimentos de aplicações financeiras não realizados	(4.141)	(7.684)
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.666	(279)
Variação cambial, líquida	(8)	336
(Reversão) constituição de provisões para riscos, líquida	(1.388)	5.877
Provisão para participações nos resultados	1.445	210
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	7	(7)
	<u>(10.845)</u>	<u>(7.783)</u>
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.432	5.086
Estoques	(588)	2.383
Impostos e contribuições a recuperar	(1.307)	(2.730)
Outros ativos circulantes	(395)	(299)
Depósitos judiciais	(539)	(388)
	603	4.052
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.362)	1.885
Obrigações tributárias	(339)	686
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.024)	935
Adiantamentos de clientes	523	(735)
Caixa gerado pelas (consumido nas) operações	<u>(4.202)</u>	<u>2.771</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(919)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(14.444)</u>	<u>(1.879)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(42.609)	(24.300)
Resgate aplicações financeiras	89.219	30.203
Aquisição de investimentos	3	-
Recebimento na venda de ativo imobilizado	-	51
Aquisição de imobilizado	(1.876)	(1.567)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	<u>44.737</u>	<u>4.387</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	(4)
Pagamento de dividendos	(30.634)	(2.715)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(30.634)</u>	<u>(2.719)</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(341)</u>	<u>(211)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	772	983
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>431</u>	<u>772</u>
	<u>(341)</u>	<u>(211)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.834	3.759	749	45.173	-	93.515
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Total de resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Transações com acionistas e reservas						
Realização da reserva de reavaliação	-	(12)	-	-	12	-
Absorção de prejuízo	-	-	-	(6.228)	6.228	-
Total de transações com acionistas e reservas	-	(12)	-	(6.228)	6.240	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	43.834	3.747	749	38.945	-	87.275
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Ajuste de receitas faturadas e não entregues	16.e	-	-	(825)	-	(825)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(7.926)	(7.926)
Total de resultados abrangentes do exercício	-	-	-	(825)	(7.926)	(8.751)
Transações com acionistas e reservas						
Realização da reserva de reavaliação	16.b	-	(6)	-	6	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(30.228)	-	(30.228)
Absorção de prejuízo	-	-	(28)	(7.892)	7.920	-
Total de transações com acionistas e reservas	-	(6)	(28)	(38.120)	7.926	(30.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43.834	3.741	721	-	-	48.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAIME CÂMARA JUNIOR
Diretor Presidente

BRENO MACHADO
Diretor Vice-Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
Diretor Superintendente

CLÁUDIA TEREZA CONSTANTINO TOLEDO
Contadora CRC/GO - 12056/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A J. Câmara & Irmãos S.A., ("Companhia") fundada em 21 de março de 1938, é uma Companhia de capital fechado que atua na atividade editorial e gráfica, compreendendo edição, impressão, distribuição e venda dos jornais "O Popular", "Jornal do Tocantins" e "Jornal Daqui". A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, número 400, Quadra 7, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia - GO. A Companhia é uma controlada da OJC Administração e Participações S.A., que detém 84,89% de suas ações ordinárias.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2017.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 06** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota Explicativa 08** - Realização do crédito tributário diferido
- **Nota Explicativa 10** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota Explicativa 15** - Provisão para demandas judiciais

(a) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a valores mantidos em fundos de investimentos marcados a mercado pelo valor da cota divulgado na data das demonstrações financeiras. Essas aplicações financeiras são classificadas como valor justo por meio do resultado.

(c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São demonstradas pelos valores faturados de competência até a data das demonstrações financeiras, reduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada com base na análise individual dos valores a receber, em montante considerado pela Administração, como suficientes para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos.

(d) Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

(e) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

(f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou per-



das na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(g) Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam.

(l) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(h) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia avalia internamente, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro possui risco de perda. O reconhecimento ocorre somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal
- Probabilidade de o tomador declarar falência ou outra reorganização financeira
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos maiores clientes da carteira
- Condições econômicas nacionais ou locais

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irrecuperabilidade foi registrada nos períodos apresentados.

(i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

(j) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, a Companhia adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

(k) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhe-

cimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos ativos são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos disponíveis para venda, (iii) Ativos mantidos até o vencimento; e (iv) Empréstimos e recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha os ativos financeiros classificados na seguinte categoria:

(f) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha "Receitas ou despesas financeiras".

Os empréstimos e os recebíveis compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são classificados em passivos financeiros não mensurados ao valor justo e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado na linha "Receitas ou despesas financeiras".

(l) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, o valor da receita possa ser estimado com segurança e quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Companhia.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento e a receita com assinaturas é reconhecida mensalmente com base no número de dias de entrega dos jornais, independente do recebimento dos valores contratados.

(m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

(n) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) Receitas e o CPC 17 Contratos de construção. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando todas as obrigações contratuais são atendidas.

A Companhia não concluiu a avaliação dos impactos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos e as suas características de fluxo de caixa são administrados.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas".

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da CPC 48.

IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A avaliação preliminar da Companhia não identificou impactos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015		11.587	16.685
Caixa e bancos conta corrente	431	772	Circulante	10.391	16.217
			Não Circulante	1.196	468

5. Aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015		11.587	16.685
Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo (a)	12.978	52.319	(a) Valor referente a venda de propriedade para investimento, cuja liquidação ocorreu em 2016.		
Aplicações em outros fundos de investimentos (b)	-	3.129	Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. Exceto por os valores a receber com a Rede Globo, a concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. O saldo de contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está distribuído conforme segue:		
	12.978	55.448			

(a) Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo

Em 25 de agosto de 2010, foi constituído fundo exclusivo denominado "BB JC Fundo de Investimento em cotas de fundo de investimento", administrado pela instituição BBDTVM (Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) que, por sua vez, aplica em outros fundos de investimentos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo. Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data das demonstrações financeiras, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos, motivo pelo qual não há perdas significativas quando do resgate.

Considerando que esse fundo é exclusivo do Grupo OJC, o referido fundo está sendo consolidado nas demonstrações da controladora OJC Administração e Participações S.A.

A seguir as características da carteira que compõe o referido fundo:

Fundo	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
	PL	PL			
BB Top DI	65%	65%	A vencer	7.463	6.103
BB Top Crédito Privado	-	11%	Vencidos até 60 dias	297	1.785
BB Top RF Arrojado	15%	15%	Vencidos de 61 a 90 dias	202	392
BB Atacado Misto	-	4%	Vencidos de 91 a 180 dias	368	463
BB Top Dólar	5%	5%	Vencidos de 181 a 360 dias	699	853
BB Top Governo	15%	-	Vencidos acima de 361 dias	743	1.310
	100%	100%		9.772	10.906

BB Top DI - O fundo obrigatoriamente mantém no mínimo 80% de seu patrimônio em títulos Públicos Federais ou privados e valores mobiliários de renda fixa de emissor de baixo risco de crédito. A atuação no mercado de derivativos está limitada à realização de operação com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos Privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. O fundo mantém uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Crédito privado - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública ou privada de qualquer aspecto de risco de crédito, à exceção de estratégias que impliquem em assunção de risco de moeda estrangeira e de ações. A carteira do fundo apresenta prazo médio superior a 365 dias, sendo que, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido, estão relacionados à remuneração de taxas de juros domésticas, índices de preços ou ambos. O fundo poderá realizar operações em mercados derivativos, compatíveis à sua política de investimentos, com o objetivo de agregar rentabilidade aos recursos investidos, desde que tais operações não gerem exposição superior ao seu patrimônio líquido.

BB Top RF Arrojado - O fundo mantém ativos que acompanham as variações das taxas de juros domésticas, de índices de preços ou ambos, compostos por títulos públicos ou privados, pré ou pós-fixados, e outros ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis. Mantém 80% de seu patrimônio em títulos federais ou ativos de baixo risco de crédito. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. Estratégias que impliquem em riscos de moeda estrangeira, de renda variável ou de alavancagem não são efetuadas.

BB Atacado Misto - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública e/ou privada à exceção de estratégias que impliquem em assunção de riscos de moeda estrangeira ou de renda variável. A carteira do fundo tem no mínimo 80% de patrimônio relacionado diretamente, ou sintetizados via derivativos, a taxa de juros domésticos. Para alcançar seus objetivos, o fundo pode compor uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Dólar - O fundo mantém, no mínimo, 80% do seu patrimônio em ativos que estão relacionados, direta ou indiretamente, à variação do dólar norte americano. As aplicações do fundo em conjunto com outros fundos de investimentos são limitadas a 50% do seu patrimônio. O prazo médio da carteira é superior a 365 dias.

BB Top Governo - Carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, acompanhando a variação de taxas de juros domésticos, índice de preços ou ambos, composta isolada ou cumulativamente, por títulos e valores mobiliários públicos e privados, pré ou pós-fixados, operações compromissadas, bem como por ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis no mercado, devendo manter 80% do PL, em ativos com baixo risco de crédito. Aplicações em títulos privados, estão limitadas a 50% de seu PL.

(b) Aplicações em outros fundos de investimento

Aplicação em fundo de investimento que busca rentabilidade de suas cotas, servindo-se de aplicações em quotas do BTG Pactual Crédito Corporativo Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, que tem como objetivo obter ganhos de capital através de operações no mercado de dívida, utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto nos mercados à vista quanto nos mercados derivativos, sendo que as operações nos mercados derivativos estão limitadas ao patrimônio líquido do fundo. As operações relacionadas as aplicações em cotas do BTG Pactual Crédito Corporativo Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foram encerradas em 2016;

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	12.737	15.632
Contas a receber - mercado leitor	1.352	324
Serviços a faturar	100	537
Permutas	197	217
Contas a receber - venda da fazenda (a)	-	1.881
Outros	542	126
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.341)	(2.032)

Operações com Órgãos Públicos

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	1.755	1.049
Vencidos até 60 dias	41	1.561
Vencidos de 61 a 90 dias	1	196
Vencidos de 91 a 180 dias	46	449
Vencidos de 181 a 360 dias	61	777
Vencidos acima de 361 dias	3.252	3.779
	5.156	7.811

Operações com Setor Privado

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	7.463	6.103
Vencidos até 60 dias	297	1.785
Vencidos de 61 a 90 dias	202	392
Vencidos de 91 a 180 dias	368	463
Vencidos de 181 a 360 dias	699	853
Vencidos acima de 361 dias	743	1.310
	9.772	10.906

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Total	(3.341)	(2.032)
	11.587	16.685

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios utilizados pela Companhia são: (i) títulos vencidos a mais de 1 ano em operações com setor privado; e (ii) títulos vencidos a mais de 5 anos para as operações com órgãos públicos.

O saldo de "Contas a receber de clientes" inclui valores vencidos, no final do exercício, de Entidades públicas federais, estaduais e municipais, apresentados no ativo não circulante, para os quais a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que a Administração entende que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	2.032	2.311
Constituições	1.954	2.433
Reversões e baixas	(645)	(2.712)
Saldo Final	3.341	2.032

7. Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Material industrial	2.136	3.205
Material promocional	2.413	704
Outros	790	842
	5.339	4.751

8. Imposto de renda e contribuição social

A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:		
Diferenças intertemporais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.136	691
Gratificações a diretores	191	577
Provisão para dissídio	124	-
Provisões para riscos	2.419	2.891
Prejuízo fiscal	4.593	1.536
Outros	-	-
	8.463	5.695
Passivo:		
IRPJ/CSLL diferidos sobre reavaliação	(1.942)	(1.930)
IRPJ/CSLL diferidos Provisão de Receita	(54)	-
IRPJ/CSLL Diferido OP.órgãos públicos	(1.111)	(1.684)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	(557)	(481)
	(3.664)	(4.095)
Total do ativo diferido líquido	4.799	1.600

Ativo:

A Companhia reconhece créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de outras diferenças intertemporais, e sua realização está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, além das expectativas de geração futura de lucros tributáveis da Companhia. Tais créditos não possuem prazo prescricional. Anualmente a Administração realiza avaliação sobre a capacidade de realização destes ativos.

Passivo:

A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a

diferença resultante pela adoção do regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

Adicionalmente, está registrado nesta rubrica os impostos e contribuições relativos à diferença entre o saldo da reavaliação do ativo imobilizado registrado na data da transição e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens.

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IR e da CS	(11.124)	(8.881)
Alíquotas vigentes	34%	34%
Despesa nominal	3.782	3.020

Efeitos de IR e da CS sobre:

	2016	2015
- Resultado da equivalência patrimonial		
- Gratificações	(330)	(224)
- Prejuízo acumulado	(2.784)	(2.222)
- Perdas eventuais	(65)	(34)
- Brindes e Ofertas	(217)	(115)
- Dissídio	(124)	(238)
- Outros	(262)	(777)

Despesa corrente - (590)

Efeitos de IR e da CS diferido sobre:

- Movimentação de operação com Órgão Público	507	(266)
- Movimentação de PDD e Contingência	2.767	3.622
- Movimentação sobre depreciação	(76)	(71)
- Provisão de receita	-	(54)
Despesa diferido	3.198	3.231

Total geral efetiva registrada 3.198 2.641

Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(590)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.198	3.231
Alíquota efetiva	29%	30%

9. Propriedades para investimento

Refere-se a imóveis que estão disponíveis para venda reconhecidos ao valor de custo de aquisição que não excede o valor justo, líquidos dos custos de venda.

	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos destinados à venda	150	150

O demonstrativo dos valores justos estimados é apresentado a seguir:

Item do ativo	Valor Justo	Valor Justo
	2016	2015
- Terrenos	2.540	1.523

10. Imobilizado

	31/12/2016		31/12/2015		Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	8.576	-	8.576	8.576	-
Edificações	8.912	(1.921)	6.991	7.156	25 a 50
Instalações	3	(3)	-	10	10
Máquinas e equipamentos	18.209	(9.977)	8.232	7.911	8 a 15
Móveis e utensílios	660	(462)	198	226	10
Motores e aparelhos	1.298	(875)	422	485	8 a 15
Ferramentas e acessórios	106	(46)	60	67	8 a 10
Veículos	352	(299)	53	87	5
Computadores e periféricos	2.919	(2.267)	652	867	5
Imobilizações em andamento (a)	1.303	-	1.303	1.201	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	338	(139)	199	267	5 a 10
	<u>42.675</u>	<u>(15.989)</u>	<u>26.686</u>	<u>26.843</u>	

(a) Refere-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

A Companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao "CPC 27 - Imobilizado" e ao "ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43".

A movimentação do imobilizado líquido em 2016 e de 2015 é demonstrada a seguir:

	Movimentações				2016
	2015	Adições	Baixas	Depreciação	
Terrenos	8.576	-	-	-	8.576
Edificações	7.156	-	-	(182)	17 6.991
Instalações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	7.911	1	(1)	(977)	1.298 8.232
Móveis e utensílios	226	13	(1)	(40)	- 198
Motores e aparelhos	485	7	-	(130)	60 422
Ferramentas e acessórios	67	-	-	(7)	- 60
Veículos	87	-	-	(34)	- 53
Computadores e periféricos	867	8	(1)	(325)	103 652
Imobilizações em andamento	1.201	1.845	(101)	-	(1.642) 1.303
Benfeitorias em imóveis de terceiros	267	-	-	(68)	- 199
	<u>26.843</u>	<u>1.874</u>	<u>(104)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>(164)</u> <u>26.686</u>

(i) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

	Movimentações				2015
	2014	Adições	Baixas	Depreciação	
Terrenos	8.576	-	-	-	8.576
Edificações	7.130	-	-	(176)	202 7.156
Instalações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	7.848	1	(5)	(975)	1.042 7.911
Móveis e utensílios	257	-	-	(46)	15 226
Motores e aparelhos	431	28	(3)	(55)	84 485
Ferramentas e acessórios	4	-	-	(6)	69 67
Veículos	123	-	-	(36)	- 87
Computadores e periféricos	1.047	-	(3)	(344)	167 867
Imobilizações em andamento	1.934	1.533	(33)	-	(2.233) 1.201
Benfeitorias em imóveis de terceiros	335	-	-	(68)	- 267
	<u>27.685</u>	<u>1.562</u>	<u>(44)</u>	<u>(1.706)</u>	<u>(654)</u> <u>26.843</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou ganhos na alienação do ativo imobilizado de R\$ 7 (R\$ 7 em 2015).

11. Intangível

	31/12/2016		31/12/2015		Vida Útil (anos)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	8.778	(7.004)	1.774	2.545	5

A movimentação do ativo intangível em 2016 e de 2015 é como a seguir:

	Movimentações					
	31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (I)	21/12/2016
Softwares	2.545	-	-	(935)	164	1.774

(i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado para melhor apresentação dos ativos.

	Movimentações					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2015
Softwares	2.825	5	-	(939)	654	2.545

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos intangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

12. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	7.747	9.142
Fornecedores estrangeiros (Nota 25)	372	1.363
Permutas	43	27
	<u>8.162</u>	<u>10.532</u>

13. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a recolher	336	437
ICMS	165	356
PIS e COFINS diferidos sobre receitas com órgãos públicos	-	92
ISSQN	16	41
Parcelamentos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	1	1
Outros impostos e taxas a recolher	22	44
	<u>540</u>	<u>971</u>
Circulante	539	878
Não circulante	1	93

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para férias	2.110	2.200
Gratificações a pagar	1.979	1.526
Salários a pagar	1.240	1.233
Encargos a recolher sobre salários	912	1.049
Programa de participação nos resultados a pagar	-	565
Encargos a recolher sobre férias	278	308
Outras obrigações sociais a recolher	271	487
	<u>6.790</u>	<u>7.368</u>

15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos nas esferas administrativa e judicial perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis (a)	4.997	(40)	4.957	6.408	(40)	6.368
Tributárias (b)	1.655	(3.103)	(1.448)	1.219	(2.031)	(812)
Trabalhistas (c)	463	(684)	(221)	876	(1.216)	(340)
	<u>7.115</u>	<u>(3.827)</u>	<u>3.288</u>	<u>8.503</u>	<u>(3.287)</u>	<u>5.216</u>

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

	2015				2016			
	Inicial	Baixas	Adições	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Cíveis	1.030	(531)	5.909	6.408	6.408	102	(1.513)	4.997
Tributárias	911	-	308	1.219	1.219	436	-	1.655
Trabalhistas	685	(72)	263	876	876	665	(1.078)	463
	<u>2.626</u>	<u>(603)</u>	<u>6.408</u>	<u>8.503</u>	<u>8.503</u>	<u>1.203</u>	<u>(2.591)</u>	<u>7.115</u>

	2015					2016				
	Inicial	Baixas	Adições	Transf.	Final	Inicial	Baixas	Adições	Transf.	Final
Cíveis	52	(12)	-	-	40	40	-	-	-	40
Tributárias	1.640	(4.058)	4.449	-	2.031	2.031	(10)	1.082	-	3.103
Trabalhistas	1.207	(248)	257	-	1.216	1.216	(1.128)	596	-	684
	<u>2.899</u>	<u>(4.318)</u>	<u>4.706</u>	-	<u>3.287</u>	<u>3.287</u>	<u>(1.138)</u>	<u>1.678</u>	-	<u>3.827</u>

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade são as que seguem:

(a) Cíveis

A provisão para riscos cíveis é composta por 12 ações no montante de R\$ 4.997 (10 ações no montante de R\$ 6.408 em 2015) de indenização por danos morais.

(c) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2016 existe 09 ações judiciais no valor de R\$ 1.655 (R\$ 1.219 em 31 de dezembro de 2015), que corresponde a processo envolvendo a discussão de débitos relativos ao Salário Educação.

(c) Trabalhistas

Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra a Companhia e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são em sua maioria relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, dentre outros. Em 2016, as estimativas de perdas prováveis montavam em R\$ 463 (R\$ 876 em 2015), em conformidade com a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, a partir de atualização dos processos.

Contingências possíveis e não provisionadas

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2016, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível são compostos, substancialmente, por processos de natureza cível conforme demonstrado abaixo:

(i) 01 ação de usucapião movida por Francisco Enéas da Silva, alegando que se acha na posse do terreno denominado Chácara 03, da Alameda Antônio Imbé. A perda é possível e é estimada em R\$ 150 (R\$ 240 em 2015);

(ii) 37 ações envolvendo o risco cível citado no item (a) acima, totalizando R\$ 897 (R\$ 2.569 em 2015).

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é composto de 43.834.000 (quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e quatro mil) ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em 2004 em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

A realização da reserva de reavaliação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Saldo inicial	3.747	3.759
(+) Realização da reserva de reavaliação	(6)	(12)
Saldo final	<u>3.741</u>	<u>3.747</u>

c. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal,

somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após a constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

d. Dividendos

O Estatuto confere dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, acrescido da parcela decorrente da reserva de reavaliação e deduzido da apropriação exigida em lei referente a reserva legal.

Em 2016 e 2015 a Companhia apresentou prejuízo, dessa forma, não foram realizadas distribuições de dividendos com base no resultado do exercício. Entretanto, em 2016 foi realizada distribuição de dividendos referentes a lucros apurados em períodos anteriores no montante de R\$ 30.228, conforme demonstrado abaixo:

• Movimentação da rubrica de dividendos a pagar

	2016	2015
Saldo inicial	408	3.123
Dividendos adicionais propostos	30.228	-
Pagamento	<u>(30.636)</u>	<u>(2.715)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>408</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia pagou dividendos aos acionistas no montante de R\$ 30.636 (R\$ 2.715 em 2015), deliberados através das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias com recursos oriundos de reserva de retenção de lucros.

e. Ajuste de receitas faturadas e não entregues

Refere-se a assinaturas de jornais do Tocantins faturadas e não entregues. A administração, nos termos do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro considerou o ajuste imaterial para fins de refazimento das demonstrações financeiras.

17. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora OJC Administração e Participações S.A. e respectivas controladas direta e indiretamente, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que a Companhia atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do "calhau", não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as Companhia do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

Rateio de despesas

A Companhia atua de forma integrada com as Companhias do Grupo e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das Companhias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia absorveu despesas, mediante rateio de outras empresas do Grupo, líquido das despesas incorridas comuns às todas as empresas do grupo no montante de R\$ 1.513 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2015).

Importante ressaltar que, a Companhia tem aprimorado de forma continua os critérios de rateio das despesas comuns a todas as empresas do Grupo, assim como a formalização das suas políticas, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os critérios de rateio foram acordados entre as empresas mediante "Contrato De Rateio De Despesas Administrativas" celebrado em 04 de janeiro de 2016 e "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Rateio de Despesas Administrativas".

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, contempla pagamentos de sócios e diretores, que totalizou R\$ 2.642 (R\$ 4.926 em 2015), incluindo Pró-labore, salários e benefícios variáveis.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo Comitê de Remuneração considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

18. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício.

	2016	2015
Composição da receita bruta		
Venda avulsa de jornais	32.603	42.059
Classificados	18.765	17.519
Publicidades	14.300	24.091
Assinatura de jornais	12.425	12.593
Publicidade - Governo	6.516	10.658
Outras receitas	4.467	6.209
Receita operacional bruta	<u>89.076</u>	<u>113.129</u>
(-) Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(4.799)	(5.575)
Descontos, abatimentos e devoluções	<u>(6.932)</u>	<u>(8.155)</u>
Receita operacional líquida	<u>77.345</u>	<u>99.399</u>

19. Custo dos serviços prestados

	2016	2015
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(11.100)	(15.579)
Insumos	(9.957)	(13.402)
Locações	(2.246)	(2.442)
Depreciação e amortização	(1.046)	(1.099)
Agências noticiosos	(823)	(990)

Pesquisas	(444)	(1)	Outros passivos mensurados ao custo amortizado		
Custos dos serviços prestados	(315)	(236)	Fornecedores	8.162	10.532
Consultoria e auditorias	(239)	(898)	Dividendos a pagar	-	408
Serviços de terceiros	(117)	(307)			
Outros custos dos serviços prestados, líquidos	(2.128)	(725)	A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais não reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.		
	<u>(28.415)</u>	<u>(35.679)</u>			
20. Despesas comerciais			Gerenciamento de riscos:		
	2016	2015	Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:		
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(12.863)	(10.632)	(a) <i>Risco de crédito</i> : decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.		
Material promocional	(9.445)	(16.049)	Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.		
Comissões	(7.808)	(10.104)	A Companhia acompanha os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.		
Transportes de jornais	(7.520)	(7.972)	(b) <i>Risco de taxa de juros</i> : a Companhia está exposta a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros reajustados sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%.		
Promoções e eventos	(2.193)	(3.735)	(c) <i>Risco de taxa de câmbio</i> : a Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de câmbio, pois uma parcela do seu saldo de aplicações financeiras e contas a pagar, denominado em dólares norte-americanos, conforme demonstrado abaixo:		
Devedores Duvidosos	(2.042)	(2.383)			
Propaganda e Publicidade	(772)	(812)	Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Locações	(667)	(523)	Aplicações financeiras vinculadas ao dólar	649	2.616
Depreciação e amortização	(286)	(164)	Contas a pagar em dólares norte-americanos	(372)	(1.363)
Consultoria e auditorias	(189)	(263)		<u>277</u>	<u>1.253</u>
Outras despesas comerciais, líquidas	<u>(4.855)</u>	<u>(6.005)</u>	Análise de sensibilidade: Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade do risco cambial, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.		
	<u>(48.640)</u>	<u>(58.642)</u>	Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus ativos e passivos financeiros (USD), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.		
21. Despesas gerais e administrativas			A seguir, é apresentado a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida da Companhia e os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia:		
	2016	2015			
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(7.090)	(4.733)			
Depreciação e amortização	(1.366)	(1.381)			
Serviços de terceiros	(692)	(2.818)			
Vigilância	(622)	(886)			
Honorários Advocáticos	(490)	(224)			
Despesas com manutenção	(378)	(514)			
Outras despesas gerais e administrativas, líquidas	<u>(982)</u>	<u>(5.949)</u>			
	<u>(11.620)</u>	<u>(16.505)</u>			
22. Tributárias					
	2016	2015			
ICMS	(3.122)	(2.366)			
IPTU / ITU	(286)	(197)			
Outras despesas tributárias	<u>(270)</u>	<u>(361)</u>			
	<u>(3.678)</u>	<u>(2.924)</u>			
23. Outras receitas operacionais, líquidas					
Outras Receitas	2016	2015			
Recuperação de despesas	186	592			
Receitas com alugueis	97	6			
Ganho em alienação de ativos	-	7			
Receitas eventuais	52	33			
Outras receitas	<u>23</u>	<u>68</u>			
	<u>358</u>	<u>706</u>			
Outras despesas					
Multas	(813)	(278)			
Perdas eventuais	(191)	(94)			
Outras despesas	<u>(4)</u>	<u>(15)</u>			
	<u>(1.008)</u>	<u>(387)</u>			
	<u>(650)</u>	<u>319</u>			
24. Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	2016	2015			
Atualização de contingências	-	(1.988)			
Variação cambial passiva	(273)	(821)			
Taxa de cobrança/despesas cartório	(191)	(228)			
Taxa adm. Cartão de crédito	(129)	(176)			
Juros de mora	(437)	(1)			
Outros	<u>(36)</u>	<u>(85)</u>			
	<u>(1.066)</u>	<u>(3.299)</u>			
Receitas financeiras					
Rendimento das aplicações	4.141	7.684			
Variação cambial ativa	1.284	486			
Juros ativos	175	230			
Outras receitas financeiras	-	50			
	<u>5.600</u>	<u>8.450</u>			
	<u>4.534</u>	<u>5.151</u>			
25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos					
A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.					
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa, bancos, aplicações e empréstimos junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas.					
Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir.					
	31/12/2016	31/12/2015			
Ativos financeiros:					
<i>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	431	772			
Aplicações financeiras	12.978	55.448			
Contas a receber de clientes	11.587	16.685			
Passivos financeiros:					

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
 Acionistas e aos administradores da
 J. Câmara & Irmãos S.A.
 Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da J. Câmara & Irmãos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Câmara & Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Jaime Câmara Junior Breno Machado Tasso José da Câmara
 Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente Diretor Superintendente

Claudia T. C. Toledo
 Contadora CRC GO 12056-0

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à J. Câmara & Irmãos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores, os quais emitiram uma opinião sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras em 18 de abril de 2016.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-F-GO

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2017, às 10:00 (dez) horas, na sede social da **J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.**, situada na Rua Tomas Edson, nº 400, Quadra 07, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal da **J. Câmara & Irmãos S.A.**, onde fizeram presentes os conselheiros, abaixo signatários, e a convite Sr. Marcelo José de Aquino e sócio da KPMG Auditores Independentes, após as análises das Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2016 e com lastro no parecer dos Auditores independentes, sobre as referidas demonstrações, deliberaram pela sua integral aprovação e consequente publicação, para que se cumpram suas obrigações e surta seus legais efeitos.

Goiânia, 21 de março de 2017

MEMBROS EFETIVOS:

JOSÉ FLÁVIO RODRIGUEZ

EDSON DA SILVA JÚNIOR

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ Protocolo 12086

INDAIA BRASILAGUAS MINERAIS LTDA, CNPJ: 00.048.785/0006-87, torna-se público que **REQUEREU** junto a SECIMA-GO, a Licença Ambiental de Funcionamento para atividade de **EXTRAÇÃO E ENVAZAMENTO DE ÁGUA MINERAL**, situado na Rod. BR-153, KM 1209, a esquerda 1 KM, Zona Rural, município de Anápolis-GO.

Protocolo 12146

JOSÉ CARDOSO VIEIRA CPF/MF: 082.362.161-87 torna publico que **REQUEREU** da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - **SECIMA** a **LEF**, p/ atividade de Desmatamento em uma área de 162,3987ha, situado na Fazenda Queixadas do Corriola, Zona Rural, município de Minaçu/GO, Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 12193

Francisco das Chagas de Azevedo, CPF 412.930.454-20, torna público que requereu à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano**, a Licença Ambiental de Instalação (LI), para a atividade **Institucional creche** na Rua Alexandria, quadra 12, lote 06, Residencial Verona, Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 12203

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A
CNPJ/MF 01.536.754/0001-23 NIRE: 52.30000408-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os senhores acionistas da **J. Câmara & Irmãos S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social à Rua Tomaz Edson, nº 400, Quadra 07, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, no dia **28** (vinte e oito) de abril de 2017, com início às **10:00** (dez) horas, ou caso não haja quórum às **10:30** (dez horas e trinta minutos), com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem

do dia: **a)** Tomada de contas dos administradores, com exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício e das reservas de lucro; **b)** Eleição da Diretoria; **c)** Eleição do Conselho Fiscal; **d)** Encerramento e baixa nos órgãos competentes das sucursais localizadas em Brasília/DF e São Paulo/SP. A documentação da AGO/AGE encontra-se a disposição dos acionistas para análise no setor de contabilidade da sede da empresa, a partir desta data, conforme determina a legislação vigente.

Goiânia/Go., 12 de abril de 2017.

A Diretoria

Protocolo 12218

TELEVISÃO ANHANGUERA S/A
CNPJ/MF 01.534.510/0001-01 NIRE: 52 30000186-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os senhores acionistas da **TELEVISÃO ANHANGUERA S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social à Rua Tomaz Edson, nº 400, Quadra. 07, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, no dia **28** (vinte e oito) de abril de 2017, com início às **10:31** (dez hora e trinta e um minutos) e caso não haja quórum às **11,00** (onze) horas, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Tomada de contas dos administradores, com exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício; **b)** Eleição da Diretoria; e **c)** Eleição do Conselho Fiscal. A documentação da AGO encontra-se a disposição dos acionistas para análise no setor de contabilidade da sede da empresa, a partir desta data, conforme determina a legislação vigente.

Goiânia/GO., 12 de abril de 2017.

A Diretoria

Protocolo 12285